



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS**

REQUERIMENTO N.º , de 2026
(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a segurança alimentar e o combate à fome entre os povos indígenas, comunidades tradicionais e populações amazônicas em situação de vulnerabilidade social.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e demais comunidades tradicionais da Amazônia, bem como discutir medidas para o fortalecimento das políticas públicas de combate à fome e promoção da soberania alimentar na região.

Para tanto, propõe-se sejam convidados os seguintes representantes:

- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Ministério dos Povos Indígenas;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB;
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS;
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO Brasil.

Justificativa

A Amazônia abriga uma das maiores diversidades biológicas e culturais do planeta. Em seu território vivem milhões de brasileiros pertencentes a povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e outros povos e comunidades tradicionais, que historicamente desempenham papel fundamental na conservação





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

ambiental, na proteção da biodiversidade e na manutenção dos conhecimentos tradicionais que constituem patrimônio cultural da nação.

Entretanto, apesar da abundância de recursos naturais existentes na região, parcela significativa dessas populações convive com graves situações de insegurança alimentar e nutricional. O isolamento geográfico, a dificuldade de acesso às políticas públicas, a insuficiência da infraestrutura logística, os elevados custos de transporte e armazenamento de alimentos, bem como os impactos das mudanças climáticas e dos eventos extremos, têm comprometido o abastecimento regular de inúmeras comunidades amazônicas.

A insegurança alimentar manifesta-se não apenas pela insuficiência quantitativa de alimentos, mas também pela redução da qualidade nutricional das dietas, pela dificuldade de acesso à água potável e pela crescente substituição dos alimentos tradicionais por produtos ultraprocessados, ocasionando o aumento simultâneo de doenças relacionadas à desnutrição e às doenças crônicas não transmissíveis.

A realidade torna-se ainda mais preocupante em períodos de estiagem severa ou de cheias extremas, fenômenos que vêm se intensificando em razão das mudanças climáticas. Nessas circunstâncias, comunidades inteiras permanecem isoladas durante semanas ou meses, enfrentando escassez de alimentos, medicamentos e combustíveis, além da interrupção de serviços essenciais.

Os povos indígenas e comunidades tradicionais mantêm sistemas próprios de produção alimentar baseados no manejo sustentável da floresta, da pesca artesanal, da agricultura familiar, do extrativismo vegetal e da coleta de frutos nativos. Esses sistemas representam importante instrumento de preservação ambiental e de garantia da soberania alimentar, merecendo ser fortalecidos por políticas públicas permanentes que respeitem os modos tradicionais de produção e assegurem condições adequadas para sua continuidade.

É igualmente necessário ampliar programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, fortalecer a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento, incentivar a produção agroecológica, promover assistência técnica especializada e assegurar mecanismos de comercialização que permitam geração de renda às comunidades amazônicas sem comprometer a conservação dos recursos naturais.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de integração entre as políticas de segurança alimentar, saúde, educação, assistência social e desenvolvimento regional, garantindo ações coordenadas entre os diversos entes federativos. A atuação conjunta dessas políticas possibilita maior eficiência na prevenção da fome, da desnutrição infantil e da insegurança alimentar grave, especialmente entre crianças, gestantes e idosos pertencentes aos povos tradicionais.

A realização desta Audiência Pública permitirá reunir representantes do Governo Federal, especialistas, pesquisadores, organismos internacionais, lideranças indígenas e





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

comunitárias e entidades da sociedade civil para discutir os principais desafios relacionados à segurança alimentar na Amazônia, identificar boas práticas já desenvolvidas nos territórios e construir propostas capazes de fortalecer as políticas públicas voltadas à promoção do direito humano à alimentação adequada.

O debate contribuirá para subsidiar a atuação legislativa desta Comissão, permitindo o aperfeiçoamento de programas governamentais e a formulação de iniciativas que promovam justiça social, desenvolvimento sustentável e garantia dos direitos fundamentais das populações amazônicas.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2026.

Dorinaldo Malafaia
Deputado Federal – PDT/AP

